

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Ao
Banco Central do Brasil,

A Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A. inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.171.211/0001-46, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, apresenta por meio desta, as demonstrações financeiras para o semestre findo em 30 de junho de 2024, com o objetivo de expressar o reconhecimento de nossas responsabilidades pela elaboração e apresentação adequada das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”).

Relação dos documentos apresentados e conjunto desta carta:

- Relatório da administração
- Relatório dos auditores independentes
- Balanço patrimonial
- Demonstração do resultado
- Demonstração do resultado abrangente
- Demonstração da mutação do patrimônio líquido
- Demonstração do fluxo de caixa – método indireto
- Notas explicativas às demonstrações contábeis.

João Luiz Jardim Sanches
Diretor Financeiro

Rafael de Almeida Alonso Renart
Contador – CRC 1SP289749/O-9

Acqio Adquirência
Instituição de
Pagamento S.A.

**Demonstrações contábeis 30 de junho de
2024**

Conteúdo

Relatório da administração	4
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	5
Balanco patrimonial	8
Demonstração do resultado	9
Demonstração do resultado abrangente	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstração do fluxo de caixa método indireto	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A., acompanhadas das notas explicativas do relatório do auditor independente, correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2024.

No período em questão, a Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A. continua a desempenhar um papel significativo no cenário de instituições financeiras e de pagamento, com foco na gestão responsável e na prestação de serviços de alta qualidade aos nossos clientes.

Neste semestre, nossos principais indicadores financeiros foram cuidadosamente monitorados das regulamentações e diretrizes do BACEN. Nosso principal ativo continua sendo representado pelo saldo a receber dos emissores de cartões, que totalizou R\$ 122,3 milhões no final do semestre.

Em conformidade com as disposições regulatórias cláusulas nas Resoluções nº 4.557/17 e 4.968/21 pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A. mantém uma estrutura sólida de gerenciamento de riscos e gestão de riscos capital. Nossa abordagem rigorosa visa mitigar riscos, garantir a solidez financeira e cumprir todas as obrigações regulatórias.

Em resumo, o semestre encerrado em 30 de junho de 2024 apresentou desafios financeiros, mas nossa empresa continua comprometida com a excelência operacional, o gerenciamento responsável e a conformidade com as regulamentações do setor. Agradecemos à equipe da KPMG Auditores Independentes Ltda. na auditoria de nossas demonstrações contábeis.

A DIRETORIA



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos
Acionistas e aos Administradores da
Aqcio Adquirência Instituição de Pagamento S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Aqcio Adquirência Instituição de Pagamento S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Aqcio Adquirência Instituição de Pagamento S.A., em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração à respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 04 de novembro de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP



Jonas Moreira Salles
Contador CRC SP295315/O-4

Acqio Instituição de Pagamento S.A.**Balanço Patrimonial**

Semestre findo em 30 de junho de 2024 e Exercício de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Ativo	Nota	30/06/2024	31/12/2023
Circulante		173.607	183.561
Disponibilidades	3	1.968	1.924
Ativos financeiros		131.060	171.112
Instrumentos financeiros		131.060	171.112
Títulos e valores mobiliários	4	8.169	6.289
Transações a receber de emissores	5	122.379	164.311
Contas a receber		512	512
Outros ativos		40.579	10.525
Impostos a recuperar	6	1.241	1.236
Outros créditos	7	39.338	9.289
Realizável a longo prazo e Permanente		906	1.103
Imobilizado de uso		2	3
Imobilizado		14	14
Depreciação acumulada		(12)	(11)
Intangível	8	904	1.100
Ativos intangíveis		1.962	1.962
Amortização acumulada		(1.058)	(862)
Total do ativo		174.513	184.664
Passivo	Nota	30/06/2024	31/12/2023
Circulante		137.695	178.601
Passivos financeiros		126.190	170.201
Contas a pagar estabelecimentos	9	31.853	52.354
Empréstimos	10	963	749
Obrigações com FIDC	11	93.374	117.098
Outros Passivos		11.505	8.400
Tributos e contribuições sociais	12	3.605	2.808
Outros passivos	13	7.850	5.542
Contingências	14	50	50
Exigível a longo prazo		34.228	402
Empréstimos	10	-	402
Outros passivos	13	34.228	
Total do passivo		171.923	179.003
Patrimônio líquido		2.590	5.661
Capital social	15	21.929	21.929
Prejuízo acumulado		(19.339)	(16.268)
Total do passivo e patrimônio líquido		174.513	184.664

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Acqio Instituição de Pagamento S.A.

Demonstração do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	30/06/2024	30/06/2023
Receita de serviços de transações de pagamentos	16	7.805	6.079
Receita de antecipação	16	8.958	12.416
Custo dos serviços prestados	17	(4.277)	(3.972)
Resultado líquido		12.486	14.523
Despesas de pessoal	18	(2.791)	(2.024)
Despesas administrativas	19	(3.908)	(1.770)
Depreciação e amortização	20	(179)	(195)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas		249	4
Resultado operacional		5.857	10.538
Receitas financeiras		244	270
Despesas financeiras		(9.172)	(11.813)
Resultado financeiro, líquido	21	(8.928)	(11.543)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		(3.071)	(1.005)
IRPJ/CSLL		-	-
Lucro (prejuízo) do semestre/exercício		(3.071)	(1.005)

Lucro (prejuízo) por ação

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Açqio Instituição de Pagamento S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Lucro (prejuízo) do período/exercício	(3.071)	(1.005)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do semestre/exercício	<u>(3.071)</u>	<u>(1.005)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Acqio Instituição de Pagamento S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2023	21.929	(16.509)	5.420
Prejuízo do semestre	-	(1.005)	(1.005)
Saldos em 30 de junho de 2023	21.929	(17.514)	4.415
Saldos em 1º de janeiro de 2024	21.929	(16.268)	5.661
Prejuízo do semestre	-	(3.071)	(3.071)
Saldos em 30 de junho de 2024	21.929	(19.339)	2.590

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Acção Instituição de Pagamento S.A.**Demonstração dos fluxos de caixa**

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	30/06/2024	30/06/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do semestre	(3.071)	(1.005)
Depreciação e amortização	179	195
Reversão de provisões	-	(239)
Juros sobre empréstimos	96	147
	10.009	67.603
Decréscimo (acrécimo) de ativos		
Instrumentos financeiros	(1.869)	(179)
Contas a receber de emissores	41.932	67.883
Contas a receber de clientes	-	2.020
Tributos a recuperar	(5)	(28)
Outros créditos	(30.049)	(2.093)
	(11.983)	(55.687)
Acrécimo (decrécimo) de passivos		
Tributos a recolher	796	160
Contas a pagar de estabelecimentos	(20.500)	11.217
Obrigações com FIDC	(23.723)	(62.542)
Partes relacionadas	31.444	(4.487)
Outros passivos		(35)
	(4.770)	11.014
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(4.770)	11.014
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de intangível	-	(82)
	-	(82)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos		
Empréstimos	250	-
Juros pagos	(105)	(120)
Pagamento principal	(429)	(340)
Recursos para futuro aumento de capital	5.000	-
Mútuo com empresa ligada		(9.397)
	4.716	(9.857)
Caixa líquido aplicado nas atividades financiamento		
	54	1.075
Varição de caixa e equivalente de caixa		
Saldo no início do semestre/dos exercícios	1.914	4.494
Saldo no final do semestre/dos exercícios	1.968	5.569
Varição de caixa e equivalente de caixa	54	1.075

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A. (“Companhia” ou “Acqio IP”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, e constituída em 19 de março de 2019. A Companhia tem como objeto social (i) a exploração da atividade de instituição de pagamento credenciadora que, nos termos da Lei nº 12.865/2013 e da Resolução BCB nº 80, de 25 de março de 2021, consiste em (a) habilitar recebedores para a aceitação de instrumento de pagamento emitido por instituição de pagamento ou por instituição financeira participante de um mesmo arranjo de pagamento e (b) participar do processo de liquidação das transações de pagamento como credor perante o emissor, de acordo com as regras do arranjo de pagamento; (ii) administração dos pagamentos e recebimentos à rede de credenciados, mediante captura, transmissão, processamento de dados e liquidação das transações eletrônicas com cartões de crédito e de débito, bem como com outros meios eletrônicos de pagamento; (iii) prestação de serviços de tecnologia na área de meios eletrônicos de pagamento; e (iv) aquisição de direitos creditórios.

Em 08 de dezembro de 2022, a Companhia obteve seu deferimento de autorização junto ao Banco Central a funcionar como Instituição de Pagamento, na modalidade credenciador nos termos da Resolução BCB nº 8, de 25 de março de 2021.

Em 29 de abril de 2024, foi realizado um aumento de capital na Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A., no valor de R\$ 5.000.000 (cinco milhões de reais), mediante a emissão de 5.000.000 (cinco milhões) de novas ações ordinárias subscritas e integralizadas pela acionista Acqio Holding Participações S.A., ainda pendente de aprovação do BACEN.

Em Junho de 2024, o grupo Acqio passa a ser controlado pela ENTRE PAYMENTS SERVIÇOS DE PAGAMENTOS S.A., que pertence ao grupo Entre Investimentos, contando com um ecossistema robusto de plataformas e serviços com alto potencial para a evolução do portfólio e sinergias operacionais. Além disso, conforme atestado ao Banco Central, o novo controlador detém capacidade econômico financeira fundamentada em ativos líquidos disponíveis, compatível com o capital necessário à estruturação e à operação do grupo Acqio, bem como às contingências que possam surgir decorrentes da dinâmica do mercado, que podem ensejar a necessidade de aportes para suprir eventuais necessidades de caixa e a cobertura de eventuais obrigações.

A Companhia administra seu capital para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de gestão de capital da Companhia é compatível com o seu tamanho, a natureza das suas operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos com a adequada mensuração de sua exposição aos riscos.

Momentaneamente, a Companhia encontra-se desenquadrada nos limites mínimos de capital. Para os próximos meses, o novo controlador realizará um aporte financeiro, tornando-a reenquadrada e de acordo com o percentual de Índice de Basileia.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis e principais políticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Leidas Sociedades por Ações, em consonância com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e do BACEN. A apresentação dessas demonstrações contábeis está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”).

2.2 Base de elaboração

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo BACEN, requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, ao valor justo de instrumentos financeiros, determinação da vida útil dos ativos permanentes, redução ao valor recuperável de ativos não financeiros e provisão para perdas para contingências.

A administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

O exercício social da Companhia compreende o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

As demonstrações contábeis da Companhia para o semestre findo em 30 de junho de 2024, foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução da administração em 28 de agosto de 2024.

2.3. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas e serviços.

Receita de aquisição (captura de transações)

A receita é medida com base no *Total Payment Value* (TPV) por estabelecimento comercial. As receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e de débito são reconhecidas ao resultado no momento da aprovação da compra pela instituição financeira. A receita decorrente de serviços de gestão de operações de cartões de crédito e débito e de contas de pagamentos, bem como outros serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais, é apropriada no resultado quando da efetiva prestação de serviços.

Receita de antecipação

A receita de antecipação é reconhecida com base no controle mensal das antecipações executadas aos respectivos estabelecimentos comerciais. A receita é auferida conforme taxa de deságio negociada e aplicada junto aos estabelecimentos comerciais. A receita é decorrente da solicitação dos estabelecimentos comerciais de antecipação de pagamento do seu saldo a receber junto a Companhia de acordo com as transações capturadas que, por sua vez, possuem prazos prefixados.

2.4. Tributação

Impostos sobre vendas e prestação de serviços

As receitas de prestação de serviços, estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Impostos e contribuições	Alíquota
<i>Receitas de antecipação de recebíveis e demais receitas financeiras</i>	
Programa de integração social (PIS)	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	4,00%
<i>Demais receitas operacionais</i>	
Programa de integração social (PIS)	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	7,60%
Imposto sobre serviço (ISS)	2,00%

As receitas estão apresentadas líquidas destes encargos na demonstração do resultado.

Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) à alíquotade 15% acrescido adicional de 10% sobre os lucros tributáveis, excedentes a R\$ 240 mil no ano e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) à alíquota de 9%, os quais são contabilizados pelo regime de competência, estão apresentados na demonstração do resultado e foram calculados, conforme legislação em vigor, sobre os lucros tributáveis apurado no exercício social findo em 30 de junho de 2024, tendo por base o regime do “lucro real”.

2.5. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/01, nas seguintes categorias:

(I) Títulos para negociação: títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

(II) Títulos mantidos até o vencimento: títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

(III) Títulos disponíveis para venda: títulos que não se enquadrem para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

A Companhia não possui títulos classificados nas categorias descritas nos itens (II) e (III). Não houve reclassificações entre categorias no período.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros, quando aplicável, é calculado com base em preços de mercado. Assim, quando da liquidação financeira destas operações, os resultados poderão ser diferentes das estimativas. Os instrumentos financeiros são negociados de forma ativa e frequente cujos preços baseiam-se em fontes de informações independentes em consonância com a Resolução do CMN nº 4.277/13.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes a caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Os equivalentes de caixa da Companhia referem-se, substancialmente, a recursos mantidos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata.

2.7. Moeda funcional

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Companhia. Os ativos e passivos são convertidos (quando existentes em moeda diversa) para o Real.

2.8. Redução a valor recuperável de ativos não financeiros

Anualmente, e quando houver evidência, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.9. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possasper feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido comoum ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa aqualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.10. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são discutidas a seguir.

Tributos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes no respectivodomicílio da Companhia.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja provável para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

2.11. Resultado por ação (básico e diluído)

O cálculo do lucro por ação foi baseado no resultado líquido atribuído aos detentores das ações ordinárias, conforme CPC 41 - Resultado por Ação. Os resultados por ação, básico e diluído, são iguais, pois no período não houve instrumentos diluidores, tais como opções, contratos a serem liquidados em ações e outras ações diluidoras. O resultado por ação foi calculado dividindo-se o prejuízo (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (o denominador).

2.12. Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido de amortização acumulada.

A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 9 que leva em consideração o tempo de vida útil econômica estimado dos direitos.

2.13. Apuração do resultado

O resultado é reconhecido pelo regime de competência, ou seja, as receitas e despesas são reconhecidas no período em que elas ocorrem, simultaneamente quando se relacionam, independentemente do efetivo recebimento ou pagamento.

2.14. Novos pronunciamentos contábeis

A Resolução BCB nº 178/2022 dispõe sobre as operações de arrendamento mercantil contratadas pelas instituições de pagamento que entrará em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A Resolução BCB nº 219/2022 dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros (ativos e passivos financeiros), bem como para a designação e o reconhecimento das operações de *hedge*. A referida Resolução substitui, entre outras normas, a Resolução CMN nº 2.682/1999, a Circular BACEN nº 3.068/2001 e a Circular BACEN nº 3.833/2017.

A Resolução estabelece que todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio e em uma das três categorias:

- Custo amortizado;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA; e
- Valor justo por meio do resultado - VJR.

Com relação à perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, a Resolução BCB nº 219/2022 estabelece critérios aplicáveis a todos os ativos financeiros, inclusive títulos e valores mobiliários. A classificação das perdas está dividida em 3 (três) estágios e deve ser aplicada a partir do reconhecimento inicial dos ativos financeiros.

O BACEN emitirá normas complementares para a definição dos componentes do instrumento financeiro que constituem o teste de “somente pagamento do principal e juros” (SPPJ) para fins declassificação de ativos financeiros, a definição da metodologia de apuração da taxa efetiva de juros efetiva do instrumento financeiro, a fixação de níveis mínimos das perdas estimadas associadas ao risco de crédito, prazos para baixa de instrumentos financeiros e o detalhamento das informações a serem divulgadas em notas explicativas.

2.15. Resultado Recorrente e não Recorrente

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/20, os resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas da Companhia. A Companhia não apresenta resultados não recorrentes no exercício.

2.16. Contas a receber

Corresponde principalmente aos valores a receber dos emissores resultante do volume total processado nas transações realizadas via cartão de crédito, deduzidos dos cancelamentos e contestações das transações autorizadas pela bandeira, decorrentes do curso normal das atividades da Companhia.

2.17. Contas a pagar estabelecimentos

São relativas às obrigações de pagar os estabelecimentos comerciais credenciados e incluem os valores transacionados como a utilização de cartões de crédito para compra de produtos e/ou serviços.

2.18. Cessão de Recebíveis

São registrados os montantes referentes às obrigações decorrentes de transações cedidas, estas cessões foram contabilizadas de acordo com a resolução nº 3.533/08 do CMN que trata de operações cedidas sem coobrigação e operações cedidas com retenção substancial ou parcial de riscos e benefícios, as quais devem ser mantidas na carteira do cedente em contrapartida de obrigações por operações vinculadas a cessão, onde o usuário é o cedente e a Acqio é classificada como intermediadora, representante dos cedentes e devedora dos direitos creditórios levando em consideração que a Companhia opera como uma instituição de pagamento e atua em conformidade com o art. 1 do Decreto 22.626/33.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Em moeda nacional	1.769	1.724
Em moeda estrangeira	199	200
	<u>1.968</u>	<u>1.924</u>

4. Títulos e valores mobiliários

		30/06/2024				
		Faixas de vencimento				
	Valor contábil	Valor de mercado	Até 3 meses	De 4 a 6 meses	De 7 a 12 meses	Acima de 12 meses
Títulos disponível pra venda						
FIDC 2.1 (*)	4.484	4.484	-	-	-	4.484
Títulos para negociação						
Cotas de fundos de investimento	3.008	3.008	3.008	-	-	-
Certificados de depósitos bancários	677	677	-	-	677	-
	8.169	8.169	3.008	-	677	4.484

		31/12/2023				
		Faixas de vencimento				
	Valor contábil	Valor de mercado	Até 3 meses	De 4 a 6 meses	De 7 a 12 meses	Acima de 12 meses
Títulos disponível pra venda						
FIDC 2.1 (*)	5.646	5.646	-	-	-	5.646
Títulos para negociação						
Certificados de depósitos bancários	643	643	-	-	643	-
	6.289	6.289	-	-	643	5.646

(*) Refere-se à participação na cotas subordinadas no TMAQ21 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.

5. Transações a receber de emissores

	30/06/2024	31/12/2023
Transações a receber de emissores	122.379	164.311
	122.379	164.311

A abertura do saldo a receber por bandeira é como se segue:

	30/06/2024	31/12/2023
MasterCard	62.208	85.001
Elo	8.960	12.796
Visa	50.723	65.826
Amex	488	688
	122.379	164.311

O prazo do saldo a vencer é como se segue:

	30/06/2024	31/12/2023
Entre 1 e 30 dias	80.328	108.219
Entre 31 e 60 dias	15.089	19.900
Entre 61 e 90 dias	8.704	11.367
Acima de 90 dias	18.258	24.825
	122.379	164.311

6. Impostos a recuperar

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
IRRF	326	321
IRPJ	677	677
CSLL	238	238
	<u>1.241</u>	<u>1.236</u>

7. Outros créditos

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Sociedades ligadas	26.281	4.365
Despesas antecipadas	2.627	2.674
Garantia MasterCard	623	531
Garantia Amex	94	19
Garantia Visa	1.205	1.205
Mútuo	8.464	-
Outros	45	495
	<u>39.339</u>	<u>9.289</u>

8. Intangível

A composição analítica do intangível está apresentada abaixo:

	<u>30/06/2024</u>			<u>2023</u>			
	Taxa de amortização anual %	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Intangível em uso							
Direito a uso de software	20	1.962	(1.058)	904	1.962	(862)	1.100
Total		<u>1.962</u>	<u>(1.058)</u>	<u>904</u>	<u>1.962</u>	<u>(862)</u>	<u>1.100</u>

A movimentação do intangível do semestre findo em 30 de junho de 2024 e 2023 está apresentada abaixo:

	<u>Direito a uso de software</u>
Em 01 de janeiro de 2024	
Saldo inicial	1.100
Amortização	
Adições	(196)
Em 30 de junho de 2024	<u>904</u>
Em 01 de janeiro de 2023	
Saldo inicial	1.407
Custo	
Adições	82
Amortização	
Adições	(195)
Em 30 de junho de 2023	<u>1.294</u>

9. Contas a pagar estabelecimentos

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Partes relacionadas	-	29.128
Estabelecimentos comerciais	31.853	23.226
	<u>31.853</u>	<u>52.354</u>

10. Obrigações por Empréstimos

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Empréstimos	<u>963</u>	<u>1.151</u>
	<u>963</u>	<u>1.151</u>
Circulante	963	749
Não circulante	-	402

A movimentação do empréstimo é como se segue:

Movimentação dos empréstimos

Em 30 de junho de 2024

Saldo em 1º de janeiro	1.151
Captação	250
Juros	96
Pagamento de juros	(105)
Pagamento de principal	(429)
Saldo final	<u>963</u>

Em 31 de dezembro de 2023

Saldo inicial	1.736
Captação	375
Juros	177
Pagamento de juros	(263)
Pagamento de principal	(874)
Saldo final	<u>1.151</u>

11. Obrigações com FIDC

<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/20</u>
93.374	117.0
<u>93.374</u>	<u>117.0</u>

Antecipação FIDC (a)

- (a) Refere-se as obrigações com o FIDC TMAQ 2.1 decorrente da sua atuação nas antecipações realizadas junto aos clientes da Adquirente. As obrigações possuem vencimento no curto prazo.

12. Tributos e contribuições sociais

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
INSS	26	93
FGTS	3	53
ISS	139	70
IRRF	29	49
PIS, Cofins e CSLL	101	79
PIS	25	93
COFINS	143	500
IOF	-	127
IRPJ	-	154
CSLL	-	58
Parcelamento de tributos federais	3.139	1.532
	<u>3.605</u>	<u>2.808</u>

13. Outros passivos

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Provisão de férias e encargos	119	88
Fornecedores	1.914	3.464
Partes relacionadas	817	-
AFAC	5.000	-
Mútuo	30.627	-
Outros (*)	3.601	1.990
	<u>42.078</u>	<u>5.542</u>
Circulante	7.850	5.542
Não circulante	34.228	-

(*) Refere-se a contrato de serviços compartilhados (repasse de despesa com pessoal) firmado entre a Companhia e a parte relacionada Esfera 5.

14. Contingências

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Provisão cível	50	50
	<u>50</u>	<u>50</u>

As contingências cíveis classificadas como possíveis por nossos consultores jurídicos foram de R\$ 116 (R\$ 116 em 31 de dezembro de 2023) e as contingências trabalhistas foram de R\$ 60 em 30 de junho de 2024. A classificação de um risco possível diz respeito a processos que ainda não possuem decisão em 1ª Instância, ou seja, que ainda estão aguardando decisão, pois possuem chance de condenação. Em sua maioria essas causas estão relacionadas no qual a Companhia realizou venda por link de pagamento e os portadores dos cartões que ocorreram a venda solicitaram chargeback.

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o capital social é de R\$ 21.929, totalmente subscrito e integralizado e representado por 21.929.153 ações ordinárias, com direito a voto, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas da seguinte forma:

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Acqio Holding Financeira Ltda.	21.929.152	21.929.152
Acqio Holding Participações S.A.	<u>1</u>	<u>1</u>
	<u>21.929.153</u>	<u>21.929.153</u>

b) Destinação dos lucros

De acordo com o Estatuto Social, o lucro líquido apurado no exercício social terá a seguinte destinação:

- i. A parcela de 5% será deduzida para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social;
- ii. A parcela correspondente a, no mínimo, 25% do lucro líquido será distribuída aos acionistas como dividendo anual mínimo obrigatório; e
- iii. O saldo remanescente, após atendidas as disposições contidas nos itens anteriores, terá a destinação determinada pela assembleia de acionistas.

16. Receita operacional

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Receita de transações de pagamento	8.785	6.850
Impostos	<u>(980)</u>	<u>(771)</u>
	<u>7.805</u>	<u>6.079</u>
Receita de antecipação	9.406	13.035
Impostos	<u>(448)</u>	<u>(619)</u>
	<u>8.958</u>	<u>12.416</u>
Total da receita líquida	<u>16.763</u>	<u>18.495</u>

17. Custo dos serviços prestados

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Custo de bandeira	<u>(4.277)</u>	<u>(3.972)</u>
	<u>(4.277)</u>	<u>(3.972)</u>

18. Despesas de pessoal

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Salários	(2.661)	(1.694)
Encargos	(70)	(219)
Benefícios	(60)	(111)
	<u>(2.791)</u>	<u>(2.024)</u>

19. Despesas administrativas

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Serviços prestados pessoa jurídica	(459)	(838)
Mensalidade de software	(394)	(45)
Taxas e licenças	(222)	(199)
Despesas com bandeiras	(1.207)	(795)
Provisões / (reversões)	-	239
Despesas compartilhadas	(1.626)	(132)
	<u>(3.908)</u>	<u>(1.770)</u>

20. Depreciação e amortização

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Depreciação imobilizado de uso	(1)	(2)
Amortização intangível	(178)	(193)
	<u>(179)</u>	<u>(195)</u>

21. Resultado financeiro

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Rendimento de aplicações	120	79
Variação cambial ativa	124	63
Juros sobre mútuo	-	128
Total das receitas financeiras	<u>244</u>	<u>270</u>
Juros passivos	(1.169)	(163)
Variação cambial passiva	(16)	(224)
Juros sobre mútuo	(649)	(231)
Juros FIDC	(6.403)	(10.474)
Tarifas	(714)	(568)
IOF	(5)	(153)
Outros	(215)	-
Total das despesas financeiras	<u>(9.171)</u>	<u>(11.813)</u>

22. Instrumentos financeiros

a) Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, transações a receber dos emissores, fornecedores e empréstimos. Em 30 de junho de 2024, considerando que as posições são primordialmente de curto prazo, não há materialidade em termos de desconto de valor no tempo à ser aplicado sobre os respectivos saldos.

A Companhia não realiza operações de *hedge*, *swap* ou quaisquer outras operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos, partes relacionadas, fornecedores e contas a pagar a estabelecimentos comerciais. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia.

A administração supervisiona a gestão desses riscos. As principais atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia e sua disposição para risco.

b) Hierarquia do valor justo

O Pronunciamento Técnico CPC 46 - Mensuração do Valor Justo aprovado pela Resolução CMN nº 4.748/19 define que o valor justo deve ser determinado considerando as seguintes hierarquias:

Nível I: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;

Nível II: Exceto preços cotados incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Nível III: Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Envolve o emprego de métodos quantitativos, amplamente aceitos, que utilizam referenciais de mercado e dados não observáveis no mercado na produção de suas estimativas.

Os ativos financeiros da entidade estão classificados no nível II.

c) Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de gestão de capital da Companhia é compatível com o seu tamanho, a natureza das suas operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos com a adequada mensuração de sua exposição aos riscos.

Momentaneamente, a Companhia encontra-se desenquadrada nos limites mínimos de capital. Para os próximos meses, o novo controlador realizará um aporte financeiro, tornando-a reenquadrada e de acordo com o percentual de Índice de Basileia.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais.

Nas operações de aquisição, os bancos emissores de cartão têm a obrigação de efetuar o pagamento à Acqio dos valores relativos às transações realizadas pelos portadores dos cartões por eles emitidos, e a Acqio, por sua vez, possui a obrigação de efetuar o pagamento de tais valores aos estabelecimentos comerciais credenciados. Caso os bancos emissores dos cartões descumpram as suas obrigações financeiras junto à Acqio devido a quaisquer motivos, a Acqio continua obrigada a realizar os pagamentos mencionados aos estabelecimentos comerciais credenciados. O nível de risco ao qual a Acqio está exposta depende dos volumes transacionados por emissor.

Os clientes da Acqio devem cumprir com suas obrigações de entrega dos produtos e prestação dos serviços contratados com seus clientes finais. Em situações de inadimplemento por parte dos clientes na entrega do bem ou prestação dos serviços, ou de desistência por parte do cliente final, é possível demandar o estorno do pagamento efetuado aos estabelecimentos comerciais por meio de: (i) cancelamento, que é demandado pelo estabelecimento comercial; ou (ii) chargeback, que é um pedido do portador diretamente ao emissor do cartão.

Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações sujeitas a taxas de juros variáveis.

Risco de fraude

A Companhia utiliza um sistema antifraude no monitoramento das transações efetuadas com cartões de crédito e de débito que aponta e identifica transações suspeitas de fraude no momento da autorização e envia um alerta ao banco emissor do cartão para que este contate o portador do cartão.

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma evitando concentração em uma única instituição financeira. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Risco operacional

O Risco Operacional é resultante da inadequação ou falha de pessoas, processos internos e sistemas, fraudes ou de eventos externos. O gerenciamento do Risco Operacional representa o centro da cultura de gerenciamento de Risco da empresa.

A Companhia busca maximizar seu valor corporativo através do compromisso com a “Qualidade e Confiabilidade” dos seus produtos e serviços. Um conjunto de diretrizes, as “Regras de Negócios”, forma a base para a estrutura de gerenciamento de Risco. Esta estrutura suporta um desempenho estável e seguro das operações e reforça a solidez e transparência da gestão.

É adotado um gerenciamento do Risco Operacional, o qual mantém um sistema de controles em linha com as políticas internas e de acordo com as leis e regulamentos vigentes. A qualidade dos sistemas de gerenciamento de Risco Operacional visa alcançar as melhores práticas de mercado.

23. Transações com partes relacionadas

	<u>30/06/2024</u>	<u>2023</u>
Ativo		
Contas a receber Esfera 5	26.281	4.365
Contas a receber Holding	8.413	-
Contas a receber Franchising	31	-
Contas a receber Pagamentos	20	-
	<u>34.745</u>	<u>4.365</u>
Passivo		
Contas a pagar Esfera 5	-	29.128
Contas a pagar Franchising	27	-
Acqio Holding S.A - AFAC	5.000	-
Acqio Holding S.A - Mútuo	790	-
Entre Payments Serviços de Pagamentos S.A – Mútuos (*)	30.627	
Obrigações FIDC	93.374	117.098
	<u>129.818</u>	<u>146.226</u>
Receita		
Receita com transações de pagamento	-	7.875
Receita de antecipação	-	16.176
Juros sobre operações de mútuo	-	2.799
	<u>-</u>	<u>26.850</u>
Despesa		
Remuneração da administração	(991)	
Juros sobre operações de mútuo	(649)	(232)
Juros FIDC	(6.403)	(19.075)
	<u>(8.043)</u>	<u>(19.307)</u>

(*) Na remuneração do mútuo da Companhia com a Entre Payments Serviços de Pagamentos S.A, foram aplicados Juros DI (real, não futuro) + 4%, com prazo de liquidação em 31/12/2024.

João Luiz Jardim Sanches
Diretor Financeiro

Rafael de Almeida Alonso Renart
Contador – CRC 1SP289749/O-9
